

Jornal da FENATTEL



FENATTEL construindo a *Unidade dos Trabalhadores em Telecomunicações*

Ação Sindical

De carona com o arrocho, patrões querem levar vantagem e piorar a terceirização

págs. 2 e 3

Economia

DIEESE apresenta crítica às Medidas Provisórias do Governo Dima-Levi

pág. 4

Mobilização e Vigilância em defesa de direitos sociais ameaçados!

As prioridades do governo federal não podem ser as do setor financeiro que exige superavit para reservas financeiras para dividas futuras. Não aceitaremos pagar os abusos e desmandos fiscais. Pela manutenção dos programas sociais e continuidade da redistribuição de renda. Que cortem as fartas gorduras dos bancos e do grande capital.

Se na época em que a economia cresceu enquanto o mundo todo, (que serve de modelo para os patrões), viviam grave recessão, eles se recusavam em assegurar aumentos salariais dignos, agora que seus privilégios e benefícios fiscais balançam, nós

não aceitaremos a repetição do velho modelo monetarista. As medidas que o homem forte do Bradesco, de plantão no Ministério da Fazenda, já sinalizam com pesada carga na cesta básica, nos preços das tarifas

que castigam quem vive do trabalho. Nem desemprego, nem arrocho! As Centrais

Sindicais já atuam fortemente junto ao Governo e ao Congresso, deixando claro que se eles se

locupletaram com a corrupção, endividaram o Estado, não serão os trabalhadores que irão pagar a conta.

Não foi para isso que

Dilma foi

apoiada nas ruas contra o retrocesso. Sra. Presidenta. Apenas cumpra seus compromissos de campanha para não se igualar aos olhos do povo, com aqueles a quem os trabalhadores ajudaram a derrotar nas urnas. Se há que se aplicar remédios amargos que os mais fortes, os mais ricos, os que mais lucram que tomem a maior dose e paguem a maior fatia. Afinal, são os trabalhadores que carregam o país nas costas!

Contax age de modo indecente com os empregados

Leia na página 2 sobre as mobilizações na CONTAX

Fala Presidente

Almir Munhoz



Almir Munhoz, Presidente da FENATTEL

Companheiros e Companheiras, “Desde o ano passado eram previstas medidas impopulares, para colocar as contas públicas em dia. A campanha eleitoral colocou frente a frente, o que seriam dois modelos de combate ao prenúncio de uma

crise. De um lado, a continuidade de um governo apoiado pela maioria dos trabalhadores e do movimento sindical, que mesmo envolvido em dezenas de polemias firmou compromisso de defesa das conquistas sociais, ou seja, de não combater a crise com retrocessos e volta

de um modelo que privilegia os interesses monetaristas. De outro lado, uma candidatura apoiada pelos setores neoliberais que queriam abertamente o retrocesso social, redução da distribuição de renda, escorado no combate à corrupção. O país se dividiu, setores da velha direita pegaram carona

atrás da “defesa da moralidade”. Foi uma dura batalha, amizades pessoais foram rompidas, e o resultado pensavamos que sabíamos qual foi. Será que nos enganamos? A própria nomeação para a pasta da Fazenda, de um homem forte do Bradesco soou como mal sinal.

E o ano terminou, mesmo antes da posse com duas MPS que soaram como atos dos governos antigos. Crise? Ora é fácil, cortem direitos dos trabalhadores. Não foi para isso que a presidenta venceu. Não foi nisso que a maioria apertada votou. Nós do movimento sindical sabemos o rumo das ruas.

Contra a indecência da CONTAX, a luta continua e o SINTTEL BA sai na frente

O cronograma de paralisações na CONTAX segue a todo vapor! Depois das vitoriosas manifestações realizadas na Bahia nos sites da Contax Cabula e Fonte Nova, na terça (10) e quarta-feira (11), respectivamente, chegou à vez dos trabalhadores do site Boa Viagem aderirem ao nosso movimento e darem um chocolate na Contax. O Sinttel Bahia convocou os trabalhadores da Contax Boa Viagem para participar de uma

grande mobilização, dia 12 de fevereiro. A nossa concentração ocorreu no portão principal da empresa, o dia todo. A semana de mobilizações foi iniciada na terça-feira (10), na Contax Cabula, com a adesão massiva dos trabalhadores, que participaram ativamente das paralisações realizadas nos dois turnos. No dia 11, foi a vez dos trabalhadores do site Fonte Nova participarem e repetirem o sucesso do

nosso movimento. As atividades terão continuidade caso a empresa não reinicie as negociações. Esse ato está sendo realizado conjuntamente em mais de um Estado em protesto contra a proposta da empresa para pagamento da Participação nos Lucros e Resultados-PLR2014 e do Acordo Coletivo de Trabalho-ACT. Enquanto o custo de vida da população só faz aumentar, a Contax permanece engordando a sua

conta bancária as custas do suor do trabalhador, recebendo incentivos fiscais do governo, como a desoneração da folha de pagamento, economizando com a imoral gestão de saldo do vale - transporte e reduzindo o pagamento da Remuneração Variável-RV. Os SINTTEIS há anos vem denunciando as mazelas praticadas pela Contax, tanto às autoridades, quanto à sociedade, através dos meios

de comunicação. As negociações com a empresa estão cada vez mais difíceis, por isso se faz necessária a participação massiva dos trabalhadores nas atividades sindicais, e a FENATTEL atua para expandir o movimento aos demais sites, para

garantir que os direitos dos trabalhadores não sejam retirados e que todos recebam reajustes dignos. Não aceitaremos que a empresa não retribua através de benefícios econômicos os esforços exercidos todos os dias pelos trabalhadores.



“É prá valer: 2015 é o ano de luta contra a precarização no setor de teleatendimento, com o MPT”

Ação Sindical

O momento exige firmeza na defesa dos Direitos Sociais

No ano passado, pudemos acompanhar a repercussão dos casos de empresas envolvidas com terceirização de suas principais atividades. Embora não tenha ganhado amplo destaque nos principais meios de comunicação, este assunto precisa ser olhado com atenção.

Em pleno período de redução de gastos e investimentos públicos, e com novas medidas anunciadas pelo Governo para a nova gestão, a preocupação com a regulamentação em bases precarizantes da terceirização está de volta. Se os direitos trabalhistas estão sendo ameaçados com novas medidas que dificultam o seu acesso, imagine só se a terceirização virar “moda”.

Não podemos tolerar a precarização, pois o trabalhador terceirizado está sujeito a salários inferiores aos dos contratados diretos, recebe menos benefícios e costuma assumir mais horas de trabalho. As tentativas de retroceder nas conquistas dos trabalhadores têm sido com-



batidas frontalmente pelo movimento sindical e desta vez não será diferente.

Para se ter noção do quão forte vem sendo a investida patronal, citamos o caso da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que moveu uma ação por considerar a Súmula 331 (aquela que permite terceiros apenas em atividades-meio das empresas) uma violação ao preceito constitucional da livre iniciativa.

A Abag quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare inconstitucional a interpretação de que serviços terceirizados só podem ocorrer em

três situações específicas — trabalho temporário, segurança e conservação e limpeza. A empresa quer permissão para obter mais lucro, utilizando terceiros livremente.

As indagações do STF da ação da Abag seguiram para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), questionando a legalidade da Súmula 331. O presidente do TST, Barros Levenhagen, declarou que a Súmula assegurou “igualdade de condições de trabalho e de salários”. Ele enfatizou, ainda, que o TST agiu com “o anseio de proporcionar solução equânime

para solução dos conflitos” envolvendo terceirizados e empregados permanentes.

Para o Diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, as ações e articulações das entidades sindicais tem papel fundamental nesse contexto. “A reação das

entidades, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, foi determinante para anular aquela tendência inicial favorável à empresa. As perspectivas, agora, são maiores de uma vitória do sindicalismo”, afirmou.

O que se espera é que a terceirização

não alcance as atividades-fins das empresas.

E vamos lutar para garantir aos trabalhadores terceirizados os mesmos direitos dos empregados da empresa contratante, sem flexibilização, redução ou precarização de direitos.



Economia

Governo quer equilibrar contas às nossas custas

As Medidas Provisórias anunciadas pelo governo restringem o acesso a benefícios trabalhistas.

O assunto que tem preocupado muitas Centrais Sindicais teve início no penúltimo dia do ano passado. O Governo Federal anunciou duas Medidas Provisórias, a 664 e 665, que alteram as normas de ingresso e de manutenção em benefícios trabalhistas e previdenciários. Os ajustes atingem o Seguro-Desemprego, Abono Salarial, Seguro-Defeso, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão.

O intuito das novas regras, de acordo com os ministros envolvidos, é o ajuste das contas públicas, como parte do esforço fiscal para 2015 de alcançar um superávit primário (economia para pagar juros da dívida), o combate às possíveis fraudes e a correção de distorções na concessão dos benefícios. *Estima-se que essas medidas irão gerar redução de custos para os cofres públicos de aproximadamente R\$ 18 bilhões.*

O anúncio das novas regras desagradou todo o Movimento

Sindical, ainda mais pelo descumprimento do compromisso assumido pelo Governo de não tocar nos direitos dos trabalhadores. Neste contexto, seria justo que a correção das dívidas do país se dê através de ações que penalizem os trabalhadores, restringindo direitos conquistados?

Para o economista e coordenador de relações sindicais do DIEESE, José Silvestre, as propostas apresentadas até agora pela nova equipe econômica, e o aumento de tributos e redução de crédito, entre outros itens, seguem “a lógica de colocar a economia no chão”. Ele avalia que as medidas terão impacto no mercado de trabalho: “Deve haver aumento da taxa de desemprego, uma desaceleração do ritmo de formalização e crescimento da informalidade.”

As MPs modificam, portanto, o acesso aos benefícios sociais. Veja como ficarão as novas regras se as MPs forem aprovadas

Seguro Desemprego

O trabalhador que comprovasse o período mínimo de seis meses de trabalho antes da dispensa poderia solicitar o seguro. Com

as novas regras, na primeira vez em que solicitar o benefício, o trabalhador terá que comprovar vínculo com o empregador por pelo menos 18 meses. Na segunda vez, o período de carência será de 12 meses. A partir da terceira solicitação, passa a valer o período de seis meses.

Segundo dados levantados pelo DIEESE, com essas mudanças, 64,4% do total de desempregados ficarão sem direito ao benefício, porque no país a rotatividade é alta.

Abono Salarial

Para receber o abono, bastava ter vínculo formal por, no mínimo, 30 dias no ano anterior ao do pagamento. O valor deste benefício era de um salário mínimo, e era dado ao trabalhador que recebia até dois mínimos. A MP 665 estabelece que receberá o abono quem mantiver seis meses ininterruptos de trabalho formal no ano anterior ao do pagamento. Agora, o valor do benefício será proporcional ao tempo trabalhado. Aos que mantiverem seis meses de trabalho, o valor irá variar em meio salário mínimo, e será pago um mínimo a



José Silvestre, coordenador de relações sindicais do DIEESE

quem trabalhar por 12 meses.

A nova regra exclui mais de 9 milhões de pessoas de receber esse direito, e os demais trabalhadores ficarão com um valor inferior ao que vem sendo pago.

Seguro Defeso

É um benefício concedido aos pescadores artesanais no valor de um salário mínimo, no período de reprodução das espécies, em que a pesca é proibida. É necessário exercer a atividade de forma exclusiva com registro expedido há, no mínimo, três anos.

Pensão por Morte

Para obter o benefício, não era necessário um período de carên-

cia. Com a MP 664, a família do trabalhador falecido só terá direito à pensão se ele tiver 24 meses de contribuições ao INSS, exceto em casos de falecimento decorrente de acidente de trabalho. Outra exigência é o tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável para que os dependentes recebam a pensão.

O valor deste benefício passa a variar pelo número de dependentes. A duração do recebimento da pensão levará em conta a idade do cônjuge, apenas pessoas com 44 ou mais anos de idade terão a pensão vitalícia.

Auxílio Doença

O INSS assumirá o pagamento do benefício a partir do 31º dia, não mais a partir do 16º dia de licença médica. A empresa passa a pagar os primeiros 30 dias de afastamento. O teto do benefício será equivalente à média das últimas 12 contribuições.

Auxílio Reclusão

A exigência é de dois anos de casamento (ou união estável) para que o cônjuge do preso obtenha o auxílio. Mesmo com tantas mudanças, o Governo alega que direitos trabalhistas não serão retirados.